

REVEL NA ESCOLA: O QUE É A LINGUÍSTICA FORENSE?

Carmen Rosa Caldas-Coulthard¹

Universidade Federal de Santa Catarina

A comunicação perpassa todas as áreas da atividade humana. Sem conhecimento do uso e da aplicação da linguagem, profissionais de todas as áreas têm menos possibilidade de exercer suas profissões de uma maneira competente e eficaz. Apesar de muitas áreas não reconhecerem a importância dos estudos linguísticos, pesquisas interdisciplinares mostram que, na sociedade pós-moderna, o/a profissional que se mostra capaz de entender e analisar como as relações humanas são realizadas através de sistemas semióticos sobrepõe-se em sua atuação profissional. Daí a importância da área de Letras, cujo foco principal é a comunicação humana.

Dentro dos estudos da linguagem, a **Linguística Forense** se consolida a passos rápidos como uma nova área possível para profissionais da área de Letras e abre espaços, no mercado de trabalho, até agora muito restrito à atuação como professores/as e ou tradutores/as, para especialistas em linguagem.

Advinda dos estudos discursivos em contextos profissionais, a Linguística Forense é uma disciplina acadêmica recém-criada, muito atuante em países de língua inglesa. A *Associação Internacional de Linguistas Forenses* (International Association of Forensic Linguists, IAFL), fundada em 1993 na Grã-Bretanha, demonstra a importância da área, tendo mais de 300 membros entre acadêmicos, advogados e policiais.

¹ Doutora em Língua Inglesa – Análise do Discurso pela University of Birmingham. Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina e Senior Research Fellow da University of Birmingham.

Esse grande campo de atuação se volta para a análise da linguagem em todos os tipos de interação no contexto jurídico. O trabalho de linguistas forenses se desenvolve principalmente no estudo e na análise das três seguintes áreas:

LINGUAGEM E DIREITO

A linguagem escrita de documentos jurídicos é o enfoque principal das pesquisas. Essa área analisa a linguagem legal e suas características peculiares, ou, por exemplo, como podemos distinguir linguisticamente ‘estatutos’ e ‘contratos’ de outros tipos de comunicação.

O/a analista forense descreve ainda problemas que surgem quando profissionais da área jurídica usam documentos escritos para se comunicar entre seus pares ou com uma audiência leiga. Um exemplo interessante nesta área de ‘linguagem escrita legal’ seria o exame de documentos expedidos durante os trabalhos do Mensalão no Supremo Tribunal Federal do Brasil. Será que pessoas leigas teriam condições de, pelo menos, ‘entender’ o que era discutido? E, se não, por quê? O que nos distancia tanto desse tipo de documento? Entre muitos outros exemplos, é possível citar o exame de documentos como os expedidos pelas Delegacias Policiais ou as Instruções para um Tribunal do Júri.

Como sabemos, o mundo legal é essencialmente escrito, e processos ocupam páginas e páginas, na maioria das vezes, indecifráveis para um/a leitor/a leigo/a. A linguagem jurídica é extremamente prolixa e, assim, vários são os campos de interface nos quais linguistas forenses podem se especializar:

- Direito comparado;
- Filosofia do Direito;
- Interpretação da Lei;
- História da linguagem jurídica;
- Tradução forense e
- Direitos linguísticos.

Nesse vasto mundo jurídico, muitos são os gêneros discursivos (ou tipos textuais), e a análise desses gêneros é de suprema importância para o entendimento do que se passa entre participantes num discurso. Linguistas forenses podem instruir

profissionais legais na maneira como ‘distinguir’ gêneros discursivos, assim como guiá-los/as na simplificação de textos inacessíveis aos/às envolvidos/as no processo jurídico. Esse trabalho pode produzir uma comunicação mais eficaz e democrática e apontará para a importância do intercâmbio terminológico entre os profissionais do Direito e da Linguagem.

INTERAÇÃO EM CONTEXTOS FORENSES

Nessa área de estudo e análise, especialistas forenses concentram-se na linguagem oral das interações jurídicas (em fóruns, em delegacias de polícia, em entrevistas, entre outros contextos).

O/a analista examina as complicações introduzidas na interação, devido à natureza sensível do crime, quando, por exemplo, um/a dos/as participantes é uma testemunha vulnerável (menores de idade, vítimas em processos de violência ou participantes com dificuldades mentais, etc.) ou ainda quando um/a dos/as interagentes não é um/a falante nativo/a. Quando há a necessidade da atuação de intérpretes, a interação fica ainda mais complicada. Como analistas de discurso têm a capacidade de julgar quando uma interação dialógica é cooperativa ou não, ou quando são quebradas regras de comunicação (como quem tem o poder da fala, ou a quem esta é dada), sua atuação no entendimento de interações assimétricas pode elucidar conflitos e relações de poder. Assim, linguistas forenses podem ser chamados para examinar:

- Interrogatórios policiais;
- Interrogatórios com vítimas vulneráveis;
- Desvantagens linguísticas diante da lei;
- Discurso no tribunal e discurso político;
- Discurso em contextos prisionais;
- Multilinguismo no sistema jurídico;
- Minorias linguísticas e a lei;
- Réus *Pro-se* ou
- Atuação do/a intérprete em contextos jurídicos.

A LINGUAGEM COMO PROVA/EVIDÊNCIA (TRABALHO DE PERITOS EM TRIBUNAIS)

O exame de evidência ou prova exemplifica as diversas ferramentas usadas por **peritos/as** na análise linguística que será usada por advogados/as em todos os tipos de conflitos jurídicos ou em tribunais de júri. Essas ferramentas podem ser de ordem fonética, léxico-gramatical ou pragmática, de acordo com a demanda do caso. Um exemplo típico do momento é a procura da Scotland Yard inglesa por peritos/as linguistas que possam desvendar o ‘sotaque’ do terrorista do IS (Estado Islâmico) que decapitou um jornalista americano no dia 20 de agosto de 2014. Como o terrorista ‘falou’, a grande questão é a sua proveniência linguística. A sua intenção de não se identificar por sua vestimenta cobrindo sua face é inútil, já que sua ‘fala’ o identifica, a princípio como britânico e morador de Londres. O trabalho de um/a especialista foneticista será, desta forma, de muita importância para a resolução do caso. A pessoa incógnita poderá ser desvendada por um/a perito/a linguista e consequentemente condenada, se sua voz lhe for corretamente atribuída.

Outros tópicos que podem ser tratados numa análise forense como evidência:

- Estilística forense;
- Análise de autoria;
- Perfis linguísticos;
- Identificação linguística de nacionalidade;
- Disputas sobre marcas registradas;
- Ambiguidades linguísticas em textos de advertência de produtos;
- Falsificação de testemunhos e fraude e
- Plágio.

O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA NA ACADEMIA INTERNACIONAL

Vários congressos internacionais, iniciados em 1993, têm reunido, a cada dois anos, pesquisadoras/es de universidades da Europa, América do Norte e do Sul, Ásia, e África.

Esses encontros têm tido a finalidade de debater resultados de pesquisas e planejar publicações no campo dos estudos interdisciplinares de Linguística Forense e Direito. Nos últimos 21 anos, essa área de pesquisa e atuação, iniciada na Inglaterra

e nos Estados Unidos, tem crescido significativamente. O primeiro desses congressos, organizado pela *International Association of Forensic Linguists* (IAFL) aconteceu na Universidade de Bonn, Alemanha. Desde então, 11 encontros foram realizados: Armidale, Austrália; Durham, USA; Birmingham, Grã-Bretanha; Valletta, Malta; Sydney, Austrália; Cardiff, Grã-Bretanha; Seattle, USA; Amsterdam, Holanda; Birmingham, Grã-Bretanha; Porto, Portugal, Cidade de México, México.

O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA NA ACADEMIA BRASILEIRA E NA PRÁTICA LEGAL

A Linguística Forense é ainda um desenvolvimento recente no Brasil. A UFSC é um dos centros mais importantes em Linguística Forense no Brasil, tendo um sólido grupo de pesquisa que envolve 4 professores/as do Colegiado das Pós-Graduações de Estudos da Tradução e Estudos Linguísticos do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), 6 alunas de Doutorado e 3 de Mestrado. Os/as pesquisadores/as são tradutores jurídicos/as, advogados/as, assim como pesquisadores/as de estudos linguísticos. O líder deste grupo de pesquisa é o Prof. Dr. Malcolm Coulthard, um dos fundadores da área no âmbito internacional, tendo sido o primeiro presidente da *Associação Internacional de Linguística Forense*.

A UFSC sediou o *I Congresso Internacional Linguagem e Direito: Construindo Pontes* (dezembro de 2013), que trouxe para o Brasil, pela primeira vez, pesquisadores/as renomados/as na área de Linguística Forense, em seguimento à fundação da *Associação de Linguagem e Direito (ALIDI)* em 2012. Esta associação iniciou seus trabalhos num encontro na Universidade Católica de Recife, organizado pela Prof^a. Dr^a. Virginia Colares de Figueiredo, a atual presidente da Associação, que tem o Prof. Dr. Malcolm Coulthard como presidente de honra. O congresso na UFSC foi, assim, pioneiramente, o primeiro evento desta Associação, composta por professores/as universitários/as das áreas de Linguística, Análise do Discurso no âmbito das práticas legais e de acadêmicos/as e profissionais da área do Direito.

Este evento mostrou o vasto campo de trabalho em Linguística Forense ainda a ser explorado no Brasil, pois congregou uma comunidade científica internacional e nacional verdadeiramente interdisciplinar (pesquisadores/as e profissionais acadêmicos, agentes de polícia, tradutores e intérpretes legais, professores/as de

linguagem, advogados/as e estudantes de ambas as áreas) que compartilharam suas pesquisas e sua produção mais recente.

O maior desafio para profissionais de Letras é justamente ‘dar entrada’ nos discursos legais em todos os sentidos – não só como analistas, mas como participantes deste discurso. Para tal, graduandos/as precisam estudar o código linguístico com muita seriedade para que possam, de igual a igual, dialogar e argumentar com profissionais das áreas legais com o mesmo poder de análise e confiança. O fortalecimento da articulação entre profissionais das duas áreas causará seguramente grande impacto na sociedade brasileira, tão carente ainda de um poder legal confiável.

A formação e a incorporação de futuros/as membros/as atuantes entre estudantes de pós-graduação, ou ainda a atualização e o aperfeiçoamento de profissionais atuantes e/ou interessados em estudos da linguagem e em estudos jurídicos (professores/as, advogados/as, policiais, tradutores/as e intérpretes legais) é uma questão prioritária no âmbito brasileiro. A troca de saberes e de experiências nas duas áreas contribuirão significativamente para a formação das novas gerações, assim como para as suas práticas acadêmicas e profissionais. A Linguística Forense, portanto, é uma ponte entre estes saberes.